



Data: 20.11.2020

Título: Um cânone que resgata autores soterrados pelo gosto dominante

Pub:



ípsilon



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Cultura

Pág: 1;2;3;4;5;6;7;8;9



Área: 6692cm² / 79%

FOTO Titagem: 72.253

Cores: 4 Cores

ID: 6996188



Data: 20.11.2020

Titulo: Um cânone que resgata autores soterrados pelo gosto dominante

Pub:



ípsilon



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Cultura

Pág: 1;2;3;4;5;6;7;8;9

Os direitos de propriedade intelectual de todos os conteúdos do Público – Comunicação Social S.A. são pertença do Público.
Os conteúdos disponibilizados ao Utilizador assinante não poderão ser copiados, alterados ou distribuídos salvo com autorização expressa do Público – Comunicação Social, S.A.

Área: 6692cm² / 79%

FOTO Tiragem: 72.253

Cores: 4 Cores

ID: 6996188

Livro coordenado
por António M. Feijó,
João R. Figueiredo
e Miguel Tamen
ilumina vários autores
que estavam
na penumbra

50 rostos para um cânone da literatura portuguesa

ípsilon

Sexta-feira | 20 Novembro 2020 | publico.pt/culturalpsilon

ESTE SUPLEMENTO FAZ PARTE INTEGRANTE DA EDIÇÃO Nº1107 DO PÚBLICO, E NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE.



Data: 20.11.2020

Título: Um cânone que resgata autores soterrados pelo gosto dominante

Pub:

P

ípsilon

QuickCom
comunicação integrada

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Cultura

Pág: 1;2;3;4;5;6;7;8;9

Um cânone que resgata autores soterrados pelo gosto dominante

Luís Miguel Queirós

Este *Cânone* é antes de mais um conjunto de ensaios sobre escritores portugueses. Reabilitam-se autores que andavam esquecidos, e outros mais consensuais são abordados de um ângulo imprevisto. Lidos os textos, vale a pena olhar para os nomes incluídos, a ver se “alguma coerência os liga”, como sugere António Feijó, ou se a literatura não tem mesmo “fio condutor”, como sustenta Miguel Tamen.

Área: 6692cm² / 79%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6996188



Data: 20.11.2020

Titulo: Um cânone que resgata autores soterrados pelo gosto dominante

Pub:



ípsilon



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Cultura

Pág: 1;2;3;4;5;6;7;8;9

Os direitos de propriedade intelectual de todos os conteúdos do Público – Comunicação Social S.A. são pertença do Público.
Os conteúdos disponibilizados ao Utilizador, assinante não poderão ser copiados, alterados ou distribuídos salvo com autorização expressa do Público – Comunicação Social, S.A.



Área: 6692cm² / 79%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6996188



Data: 20.11.2020

Título: Um cânone que resgata autores soterrados pelo gosto dominante

Pub:



ípsilon

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Cultura

Pág: 1;2;3;4;5;6;7;8;9



Três professores da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa — o seu director, Miguel Tamen, o ensaísta António M. Feijó, pró-reitor da UL, e o camonista João R. Figueiredo — discutiram entre si quem eram os autores que mais mereciam ser lembrados na literatura portuguesa e escreveram, ou encomendaram a terceiros, ensaios que justificam cada uma dessas escolhas

Três professores da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (UL) – o seu actual director, Miguel Tamen, o ensaísta António M. Feijó, que já ocupou o mesmo cargo e é hoje pró-reitor da UL, e o camonista João R. Figueiredo – discutiram entre si quem eram os autores que mais mereciam ser lembrados na literatura portuguesa e escreveram, ou encomendaram a terceiros, ensaios que procuram justificar cada uma dessas escolhas. O resultado é um livro de mais de 500 páginas publicado pela Tinta-da-China e pela Fundação Cupertino de Miranda, em V. N. Famalicão, e que dá pelo título algo peremptório de *O Cânone*.

Lançada em plena pandemia, nem por isso a obra deixou de gerar alguma controvérsia nas redes sociais e nos jornais, com os ataques a incidirem quer na alegada petulância do propósito, quer nas exclusões de alguns autores da segunda metade do século XX, como José Cardoso Pires ou Sophia de Mello Breyner Andresen (os vivos estavam à partida fora da equação), quer ainda nas caracterizações pouco piedosas de críticos anteriores, como Eduardo Prado Coelho.

Tem sido comparativamente menos discutida a inclusão de certos autores desfavorecidos pelo gosto dominante, como Júlio Dinis ou Florbela Espanca, ou mesmo os hoje pouco lidos Teixeira de Pascoas ou José Régio, presenças decisivas para se conseguir entrever neste livro alguma intenção que justifique o respectivo título, indicando que não estamos apenas perante uma recolha de ensaios, brilhantes que alguns sejam, sobre escritores da particular estima dos três responsáveis do volume.

O Ípsilon ouviu Feijó, Figueiredo e Tamen em V. N. Famalicão, no dia em que a Fundação Cupertino de Miranda inaugurou a sua nova Torre Literária, mas a entrevista teve de ser interrompida – por argumentos gastronómicos de monta – e só prosseguiu dois dias depois, já por teleconferência. Um intervalo que permitiu ao entrevistador voltar ao livro, que só lera na diagonal, e reiniciar a conversa com uma extensíssima falsa pergunta. Mas começemos pelo princípio.

Como é que surgiu esta ideia de publicarem um cânone da literatura portuguesa?

António M. Feijó (AF) – A Fundação Cupertino de Miranda convidou-nos a fazer o guião de uma exposição permanente sobre literatura portuguesa, que ficaria sediada na torre da fundação, em Famalicão. Como o espaço estava envelhecido, foi convidado o arquitecto João Mendes Ribeiro para fazer a sua reabilitação à luz do que o nosso guião previa, e as alterações arquitectónicas levam o seu tempo. Conexa com esta encomenda, tivemos uma outra, que era a de fazer um livro sobre os autores que considerássemos fundamentais na literatura portuguesa. É esse livro que agora publicámos, na Tinta-da-China, com design gráfico do João Bicker, sob o título *O Cânone*. O tempo lento de saída do livro deveu-se à necessidade de que o seu lançamento coincidisse com a inauguração da exposição.

Redigiram muitos dos textos do livro, mas delegaram outros...

AF – Assumimos uma parte significativa dos ensaios,

mas convidámos também ensaístas que conhecemos e que estão em momentos diferentes das suas carreiras. E se pedimos textos a pessoas a quem reconhecemos aptidão particular para escrever sobre determinado autor, também convidámos outras para analisar um autor sobre o qual em princípio não escreveriam. O que aliás se aplicou também aos três: todos escrevemos sobre alguns autores que nunca tínhamos tratado.

Podiam ter chamado ao livro “um cânone” ou deixar o substantivo sem artigo. Designá-lo “o cânone” não foi um pouco provocatório? Até porque o livro não parece ter uma ambição canonizante tão formal como este título sugere.

Miguel Tamen (MT) – Falamos disso nos quatro ensaios dedicados ao tópico do cânone. A nossa ideia é que os cânones são listas, e listas emendáveis. Só a fantasia de um funcionário público imaginaria que um cânone literário tivesse qualquer força coerciva. Todos os cânones são “um cânone”, e pareceu-nos ocioso sublinhar uma coisa evidente. Outra questão é a importância indiscutível que nos parecem ter os autores sobre os quais escrevemos ou pedimos a outros que escrevessem. E a palavra importância é aqui uma caixa negra. Há muitas maneiras de a medir. Para os autores mais antigos, há uma espécie de afeição continuada, ainda que muitas vezes minoritária: não deve haver mais de 30 portugueses que leiam constantemente Sá de Miranda. Mas a importância não se resume à espuma dos dias e à memória mais próxima, e é interessante que a previsível indignação com as ausências diga apenas respeito a autores recentes. O padre Manuel Bernardes não desperta em ninguém paixões muito violentas.

AF – Para além dessa versão coerciva de cânone, há uma versão liberal, digamos, segundo a qual deveríamos fazer uma proposta de nomes. Mas a ideia de proposta não tem aqui sentido, não se percebe que sucesso ou destinatários naturais possa ter. Por outro lado, há no livro ênfases diferentes no modo como a questão do cânone é colocada. Como o Miguel disse, há quatro ensaios sobre “cânone”: o primeiro e o último são de natureza conceptual, os outros dois são sobre mulheres e escritores homossexuais e dizem respeito a uma forma contemporânea do cânone, hoje decisiva.

João R. Figueiredo (JF) – Falou-se de “um” cânone e de “uma” proposta, mas esses artigos indefinidos revelam uma certa falta de compromisso com as nossas próprias convicções. “O” cânone compromete-nos com aquela escolha, e isso é bom. Gostamos de assumir a responsabilidade por aquela lista, que não é apenas uma lista de nomes – esses nomes são títulos de ensaios, com oito ou dez páginas, que justificam a presença daqueles autores. Não há descrições independentes de interpretações, e estas são feitas de razões, da apresentação de argumentos.

MT – Um paralelo trivial é com uma lista de compras, que faço porque vou ao supermercado no dia seguinte, e que é uma de muitas possíveis. Mas o meu compromisso em relação ao que pus na lista é total: quero detergente para lãs e costeletas de borrego, não quero vitela nem outra coisa qualquer.

Naquele dia...

Área: 6692cm² / 79%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6996188



Data: 20.11.2020

Título: Um cânone que resgata autores soterrados pelo gosto dominante

Pub:

Ípsilon

Ípsilon

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Cultura

Pág: 1;2;3;4;5;6;7;8;9



MT – Naquele dia, claro.

AF – Estamos a falar de noções fracas de cânone, mas há uma noção forte que se prende com a natureza da apreciação estética. Há gerações de pessoas educadas na ideia de que a apreciação estética é subjectiva. Dizem defensivamente “esta é a minha interpretação”, sendo implícito que uma interpretação é válida pelo facto de ser minha. Aceitar isto é aceitar que o que uma pessoa diz de si própria é a verdade sobre si própria. O título do livro poderá parecer arrogante. Mas não tivemos nenhuma pretensão iconoclasta, não estamos de modo nenhum interessados nisso. Pode falar-se de omissões, mas seria mais interessante recentrar a discussão nos nomes que lá estão, e discutir que coerência os liga, se alguma. E há nomes que, pela sua mera inclusão, e pelos textos que a justificam, são objecto de reabilitação. E isto tem a ver com essa apresentação de razões de que já falaram o Miguel e o João. Se este não é um lugar de

▶ argumentos, é de quê? De intuições imateriais ou mágicas, de estradas de Damasco?

No texto que António Feijó dedica a Pessoa há uma passagem em que o poeta, a propósito da dificuldade que sente em distinguir certas composições suas das de Bernardo Soares, afirma que “só uma grande intuição pode ser bússola nos descampados da alma”. Não será precipitado arredar inteiramente a intuição destas equações?

AF – Mas não se trata de fazer nada disso. Quando lemos um texto, muito do que sentimos e pensamos resulta de uma intuição inicial. É o domínio mais íntimo, e primeiro. Mas se vou falar sobre isso, não me posso limitar a uma exclamação, tenho de tornar discursiva a intuição que tive, de a expor publicamente.

Incluíram um texto intitulado *As Três Marias*, que na verdade é sobre as *Novas Cartas Portuguesas* e não trata individualmente as autoras do livro, mas que aparentemente bastou para que estas figurassem, ainda que sem entradas autónomas, na lista final dos 50 autores aqui canonizados.

AF – A entrada de *As Três Marias* é realmente sobre as *Novas Cartas Portuguesas*, que seria talvez um título mais rigoroso. Mas o que se deve perguntar é por que motivo incluímos esse livro. Pensamos sempre – e o Miguel expõe isso no seu ensaio sobre Portugal – que o que acontece aqui tem uma ressonância imediata em todo o mundo. Mas no século XX literário, o mundo só olhou mais demoradamente para Portugal com Fernando Pessoa, com Saramago e com as *Novas Cartas Portuguesas*. E é este um livro que ainda hoje não é objecto de uma discussão real entre nós. O feminismo é visto em Portugal como um embaraço colorido, quando é hoje parte decisiva da agenda de qualquer sociedade democrática moderna.

Vejo duas boas razões para se querer fazer um cânone. A primeira é achar-se que estamos numa situação algo caótica em que não há consensos nenhuns acerca de quem seriam os autores indispensáveis. A segunda é reconhecer a existência, sobretudo para autores mais recentes, de um cânone informal e potencialmente insidioso, perceptível nos programas escolares,

nos jornais, nas vendas de livros, e que este vosso cânone visaria desmontar. Revêem-se em alguma destas motivações?

AF – Há em Portugal um cânone não exactamente insidioso, mas difuso: as pessoas celebram um autor porque todos o celebram. O nosso livro não pretende ser as tábuas do Sinai, mas que obras desta natureza tínhamos? *A História da Literatura Portuguesa* de Óscar Lopes e António José Saraiva quer ser exhaustiva, e este livro não o pretende ser. É uma série de ensaios críticos curtos e auto-contidos, e as pessoas podem ler cada um deles e verificar que problemática decidiu o ensaísta considerar a propósito de um determinado autor.

Salto para um texto em particular, o de Miguel Tamen sobre os críticos, que me pareceu mais da ordem da sátira do que um ensaio com propósitos canonizadores. E a opção de tratar apenas de João Gaspar Simões (JGS) e Eduardo Prado Coelho (EPC) não é óbvia. Óscar Lopes ou Jorge de Sena foram críticos menos canónicos?

MT – Mas há uma regularidade em JGS e EPC que não se observa em mais nenhum crítico do século XX, com a eventual excepção temporária e localizada de Óscar Lopes. E o que me pareceu curioso foi que, no final da carreira do JGS e em parte substancial da do EPC, a hostilidade entre ambos era enorme. Mas também tinham afinidades profundas, e isso levanta um problema que me interessa. Há quem pense que a liberdade crítica decorre de liberdades políticas, mas tanto o JGS como o EPC, embora por razões diferentes, morreram como críticos quando uma série de liberdades políticas e económicas se tornaram normais. O JGS porque não conseguiu aguentar a sua situação no DN e o EPC porque as pessoas começaram a ler coisas às quais só ele durante bastante tempo tinha tido acesso em Portugal.

Mas estão a pô-los no cânone, o que levanta questões de critério, que são, aliás, extensivas a todo o volume. Ao ler-se o livro fica-se com a ideia de que a própria natureza dos ensaios varia bastante: alguns são argumentativos e de leitura francamente agradável, mas não necessariamente convincentes enquanto justificação da canonização do autor em causa, e outros descrevem amplamente a obra, mas não têm propriamente um argumento.

AF – Concordo com o que diz, mas não sei se, por exemplo, a pretensão do texto sobre os críticos era canonizá-los. O Miguel também escreve a entrada sobre Portugal e a noção que lá aparece...

MT – ... não canoniza Portugal. Os países não precisavam de quem os canonize. Acho que o António tem razão: o paralelo do ensaio sobre os críticos é com o texto sobre Portugal. É uma tentativa de descrever certas características do debate público no país, e a mais proeminente é que, se entendermos debate em termos rigorosos, não existe tal coisa em Portugal. E quando diz que há textos que apresentam um argumento e que se diverte a lê-los, mas não concorda com o argumento, e outros que não apresentam um argumento, mas antes uma visão, e gostaria que estivesse lá o argumento, a resposta a essas insatisfações é pre-



Data: 20.11.2020

Título: Um cânone que resgata autores soterrados pelo gosto dominante

Pub:



ípsilon



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Cultura

Pág: 1;2;3;4;5;6;7;8;9

cisamente um argumento, e aí estamos no exacto lugar onde nos queremos. Que a crítica seja uma troca de razões, uma conversa entre pessoas que examinam com cuidado os prós e os contras de diferentes posições, as características dos textos, os juízos doutras pessoas. Que não seja nem um exercício cego de poder nem uma espécie de gritaria.

Essa defesa do argumento como um caminho virtuoso entre o juízo meramente impressionista e um academismo metodologicamente fiável mas anódino não acaba por sugerir que argumentar é fundamentar, num sentido quase científico do termo?

MT – Não se pode falar em fundamentar em sentido científico. Na nossa vida normal estamos sempre a apresentar razões e isso não nos torna cientistas, mas também não nos torna menos racionais. Há uma falsa alternativa entre três pólos que nos parecem ser de evitar: um é dizer que é tudo subjectivo, outro é pretender que só os especialistas podem falar disto, e o terceiro é dizer que é tudo uma questão de poder e persuasão, de retórica. São três maneiras erradas de ver o problema e é preciso resgatar estas discussões da tentação de dizer que quem ganha é o mais forte, ou que se sabe que alguém é uma grande poetisa porque se sente uma coisa entre a quarta e a quinta costelas, ou ainda que só quem

preparou a obra crítica do ficcionista A ou ensinou durante 40 anos o poeta B pode dizer coisas sensatas sobre eles.

JF – As suas questões prendem-se com problemas áridos e com os quais nos debatemos todos os dias. Os nossos alunos perguntam-nos muitas vezes como sabemos que uma interpretação está bem feita. E só há uma maneira de responder, que é fazendo. Quando dizemos que são necessários argumentos, isso não implica a noção de fundamentação num sentido tradicional do termo. A interpretação é a sua própria justificação: os ensaios deste livro são em certa medida uma demonstração em acto da importância daqueles autores.

AF – As pessoas lamentam a exclusão deste ou daquele nome, mas o lamento resume-se à invocação ritual do nome, nome que não condensa nada, ou condensa coisas diferentes para cada um de nós.

Essa ideia de que um nome diz pouco, porque é sempre outro nome para cada pessoa, não levaria à conclusão de que o que se inclui neste cânone é na verdade o Fernando Pessoa de António Feijó, o Júlio Dinis de Abel Barros Baptista, o Raul Brandão de Miguel Tamen...?

MT – Não há um Júlio Dinis independente das descrições do Júlio Dinis. Não temos uma linha telefónica para falar com ele.



Area: 6692cm² / 79%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6996188



Data: 20.11.2020

Título: Um cânone que resgata autores soterrados pelo gosto dominante

Pub:



ípsilon



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Cultura

Pág: 1;2;3;4;5;6;7;8;9

AF – E se tivéssemos, ele não diria nada de particularmente esclarecedor sobre Júlio Dinis.

MT – Uma das razões pelas quais as discussões são muitas vezes apenas sobre nomes – e esta é agora uma observação sociológica – é que as pessoas que dizem que falta A ou B imaginam que todas as outras pensam exactamente como elas e as compreendem sem terem de se dar ao trabalho de produzir argumentos.

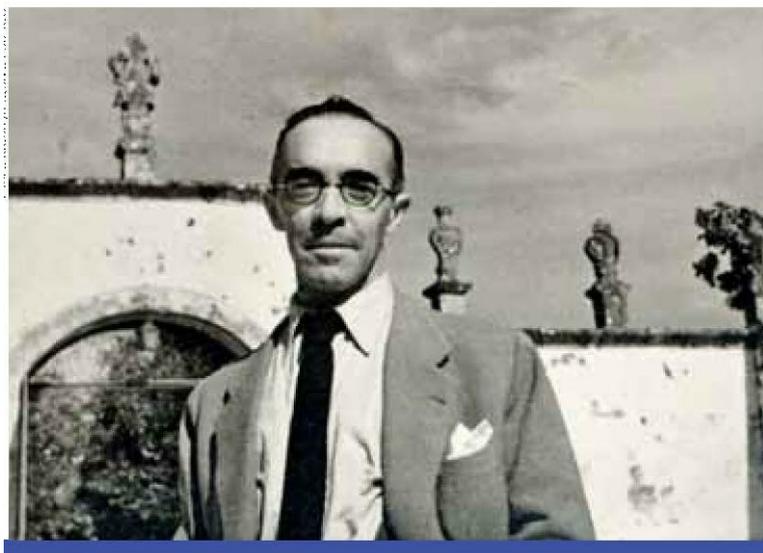
A coragem das opiniões

Referi há pouco Sena, que era um crítico muitíssimo informado, mas que também não se furtava a estabelecer hierarquias de valor. Diria que esse tipo de críticos se tornou bastante raro

depois dos anos 70, apesar de algumas excepções, como Joaquim Manuel Magalhães, que se interessou sobretudo pela poesia. Revêem-se nessa ideia de que a função do crítico também é separar águas?

MT – É fazer distinções, com certeza. O tipo de crítica que refere, depois dos anos 70, é extremamente céptica em relação à possibilidade de se fazer distinções. Por razões psicológicas, políticas e filosóficas. Psicológicas porque não temos privilégios nenhuns em relação a ninguém, e então quem somos nós para fazer distinções? Políticas, porque somos todos forças cegas que se entrecrocaram, e também filosóficas porque não há pessoas na equação. A ideia de que podemos declarar preferências parece altamente reprovável, e isso

Teixeira de Pascoas e José Régio: nomes que, para os autores deste Cânone, estão obscurecidos



A obra tem gerado controvérsia, com os ataques a incidirem quer na alegada petulância do propósito, quer nas exclusões de alguns autores da segunda metade do século XX, como José Cardoso Pires ou Sophia de Mello Breyner Andresen, quer ainda nas caracterizações pouco piedosas de críticos anteriores, como Eduardo Prado Coelho

Área: 6692cm² / 79%

Tiragem: 72.253 FOTO

4 Cores

ID: 6996188



Data: 20.11.2020

Titulo: Um cânone que resgata autores soterrados pelo gosto dominante

Pub:

P

ípsilon



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Cultura

Pág: 1;2;3;4;5;6;7;8;9

extingue a pulsão crítica, a capacidade de prestar atenção, de fazer comparações, de usar argumentos, porque num mundo onde não se estabelecem distinções não precisamos de nos dar ao trabalho de ter argumentos. Os contribuidores deste livro têm imensas diferenças entre si, mas têm pelo menos em comum aquilo a que os ingleses chamam a coragem das suas opiniões.

O livro ordena escritores e tópicos por ordem alfabética e só no fim acrescenta uma cronologia dos autores canonizados. Quiseram quebrar a sequência histórica?

AF – Se o livro fosse organizado por ordem cronológica, o leitor pensaria: “Isto é o esboço de uma história da literatura com alguns nomes autonomizados, mas eu já conheço essa história, sei como se passou de Gil Vicente a Vieira, de Vieira aos árcades, e depois aos românticos...”. E a partir do momento em que se dispõe de um molde, o valor de surpresa que possa haver no argumento local passa a ser apenas uma excentricidade. A ordem alfabética cria vizinhanças inesperadas e retira o conforto histórico, a muleta da cronologia.

MT – A ideia de que a história da literatura portuguesa

tem um fio condutor é um dos efeitos mais nefastos de muita da historiografia portuguesa. É um tópico vazio. A literatura portuguesa não tende para lado nenhum. Um exercício que fizemos foi olhar para folhas de jornais em que de repente era publicado um poema ao qual reconhecemos grande posteridade. Mas o interessante não é a publicação desse poema, é ver o que se publicava ao lado. Ninguém consegue prever as coisas realmente interessantes.

Na apresentação do Cânone, António Feijó, respondendo exclusão de Sophia, argumentou que um dos critérios de escolha privilegiaria autores que criam novas condições de expressão no interior da tradição literária, fazendo-a avançar. Não é isto contraditório com essa ausência de fio condutor de que fala Miguel Tamen?

AF – Pois, esse é um ponto que aparece no meu ensaio sobre o Cânone e que o Miguel não acolhe.

MT – Ninguém é perfeito [risos].

AF – Há nomes que se tornam canónicos e cuja canonização persiste. E persiste não por vontade própria ou por acaso. Tornaram-se facto. Por que motivo persistem, quando outros autores desaparecem e ainda outros são por vezes tirados do esquecimento em que estavam? No ensaio sugiro que isso se faz essencialmente por um processo, diferido no tempo, de cooptação por pares. Num ensaio da Hannah Arendt que o Bloom cita, ela observa que “autor” é etimologicamente aquele que aumenta. Ou seja, que dá um passo adicional na série, e só persiste se esse passo adicional for tomado pelos seus pares como adquirido. Muitos autores não têm nada que possa ser usado ulteriormente. Outros há que estão numa posição ingrata: o adquirido que a posteridade lhes deve, e que pode ter sido uma descoberta maior, tornou-se de tal modo corrente que foi esquecido, persistindo como truísmo ou lugar-comum. Mas concordo que nada garante hoje a persistência dos nomes canónicos. Ainda a propósito das cronologias, vale a pena ler o ensaio do Abel Barros Baptista sobre o Júlio Dinis. É que normalmente fala-se da passagem do Júlio Dinis ao Eça...

MT – ...Do romantismo ao realismo.

AF – Exacto. E ele instabiliza essa cronologia.

João Figueiredo, esta pergunta é para si. No seu texto sobre Camões defende que este é geralmente mal lido, designadamente nos programas escolares. Os autores podem ser canonizados pelas razões erradas ou é Camões que é tão bom que por muito mal que o leiam o essencial passa sempre?

JF – Camões simplesmente não é lido. As pessoas assumem que basta o nome “Camões” para se saber do que se está a falar. Que esse nome próprio condensa uma ligação entre um poema épico particular, *Os Lusíadas*, e a História de Portugal, ou a essência da alma portuguesa, ou outras entidades difusas parecidas com essas. Mas se formos ler o poema, percebemos que é um texto construído, fabricado, complexo, altamente sofisticado e formalmente magnífico. E que vale pelas relações internas: de Camões com Virgílio, Sá de Miranda, Petrarca, Ariosto. Por que é que o pobre do Camões havia de ser agora um espelho da alma lusitana? Pelo contrário, *Os Lusíadas* não é o poema de exaltação nacional que mui-

“O cânone compromete-nos com aquela escolha, e isso é bom. Gostamos de assumir a responsabilidade por aquela lista, que não é apenas uma lista de nomes — esses nomes são títulos de ensaios, com oito ou dez páginas, que justificam a presença daqueles autores” João R. Figueiredo

Area: 6692cm² / 79%

Tiragem: 72.253

FOTO: 4 Cores

ID: 6996188



Data: 20.11.2020

Título: Um cânone que resgata autores soterrados pelo gosto dominante

Pub:

P

ípsilon

QuickCom
comunicação integrada

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Cultura

Pág: 1;2;3;4;5;6;7;8;9



Área: 6692cm² / 79%

FOTO Titragem: 72.253

Cores: 4 Cores

ID: 6996188

ta gente quis crer que fosse, é uma crítica violentíssima às consequências nefastas da expansão. Tenta-se justificar o Camões supostamente exaltador do expansionismo argumentando que isso era uma coisa do tempo dele e que, portanto, está desculpado. Mas por que havia Camões de fechar os olhos aos horrores e atrocidades que se cometeram na expansão, quando autores muito mais antigos foram críticos da maldade e da ambição humana? Se lermos com cuidado, vemos que Camões era um homem moralmente decente, que percebia o que estava errado. O pioneiro contemporâneo dessa tarefa de releitura é Hélio Alves, a quem devemos um livro seminal sobre a épica portuguesa do século XVI.

Hélio Alves é o autor do outro ensaio aqui incluído sobre Camões, no qual destaca como momento alto dos *Lusíadas* o episódio da Ilha dos Amores. Já o João Figueiredo vê nele uma espécie de bónus para os leitores, que não é estrutural ao poema.

JF – Sim, é uma compensação aos leitores que assistiram àquele descalabro horrível de um facínora [Vasco da Gama] a massacrar tudo o que mexia.

Não é menos interessante o texto de Hélio Alves sobre o Renascimento, no qual defende a importância de alguns autores menos conhecidos do período...

JF – O Hélio compara *Os Lusíadas* e uma série de epopeias hoje esquecidas escritas em português no século XVI. E tem, de facto, um programa canónico, que é o de resgatar autores oprimidos pelo gigantismo de Camões, nomeadamente Jerónimo Corte-Real, autor de várias épicas, entre as quais o Naufrágio de Sepúlveda.

Pensando em algumas das vossas escolhas que

poderão ser hoje menos consensuais, como Júlio Dinis e Florbela, ou mesmo Régio e Torga, verifica-se que são autores que já foram muito populares. Se não é coincidência, teria sido pensável incluir Ferreira de Castro?

AF – Sobre Ferreira de Castro dividimo-nos. Mas ► pensemos no Teixeira de Pascoaes, que não é reconhecido, nem aliás lido. Autores como Agustina Bessa-Luís e Mário Cesariny consideravam-no o nome maior da literatura portuguesa do século XX. Se concordarmos que tem uma tal dimensão, compete-nos explicar porquê. O mesmo se passa com Régio, por exemplo, que também está em parte obscurecido.

Este cânone não se fixa apenas nos géneros mais reconhecidos da criação literária. Penso, por exemplo, na presença de Oliveira Martins...

JF – Não tivemos grande preocupação em distinguir a literatura que encontramos em romances ou poemas da literatura que encontramos em Oliveira Martins. A sua prosa tem uma qualidade estética que supera a de muitos romances contemporâneos.

MT – Incluindo os que Oliveira Martins escreveu. Ainda no âmbito desse alargamento da criação literária a certos exemplos de ensaísmo, há um autor, Eduardo Lourenço, que felizmente está vivo, mas que me pergunto se considerariam admissível neste cânone.

AF – No texto sobre “Orpheu e presença” analiso o célebre ensaio de Eduardo Lourenço *‘Presença’ ou a Contra-Revolução do Modernismo Português*. Há uma parte da obra de Lourenço notável, e outra menos interessante, pois uma obra com uma dimensão tão vasta não pode ser igualmente conseguida. [O filólogo alemão



Data: 20.11.2020

Titulo: Um cânone que resgata autores soterrados pelo gosto dominante

Pub:



ípsilon



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Cultura

Pág: 1;2;3;4;5;6;7;8;9

Ernst Robert] Curtius diz que em certos casos a crítica literária pode ser uma província da literatura. O Bloom, por exemplo, inclui nas listas do *Cânone Ocidental* o crítico literário William Empson.

JF – E o Dr. [Samuel] Johnson.

MT – E o [ensaísta William] Hazlitt.

AF – E o Wilson Knight, que é um crítico de Shakespeare. Mas de que é que estávamos a falar?

De Eduardo Lourenço.

AF – O que queria dizer é que o ensaio de Lourenço sobre presença habita essa pouco povoada província da literatura de que falou Curtius.

Os rijos e os tenros

A primeira parte desta entrevista, realizada na Fundação Cupertino de Miranda, termina aqui. Segue-se uma segunda ronda da conversa, que teve lugar por teleconferência.

Desde que falámos em Famalicão, voltei ao livro, e gostava de abrir esta nova conversa pondo à vossa consideração um aspecto que já me chamara a atenção quando vi a lista de nomes incluídos, e que, lidos agora os textos, me parece confirmar-se como uma possível intenção tácita, digamos assim, deste *Cânone*. O livro resgata um conjunto de autores que parecem ter em comum o facto de todos eles terem sofrido um certo apagamento, uma desvalorização canónica, que em parte (e para alguns) se prende com o triunfo póstumo de Fernando Pessoa e do primeiro modernismo. Uma linhagem cujas raízes poderiam remontar a Camilo e que passaria por Nobre, Pascoaes, Raul Brandão ou Régio, entre outros, e que chegaria, por exemplo, a Agustina, como sugere Pedro Mexia no texto que aqui lhe dedica, enquadrando-a numa “modernidade ancestral”, expressão que me parece muito feliz. Também é significativo que os coordenadores não tenham querido delegar em terceiros os ensaios sobre os nomes mais relevantes deste possível veio alternativo da modernidade literária portuguesa. Não tem esta leitura o menor fundamento ou, mesmo que não tenha existido uma estratégia calculada, ou sequer discutida, é pelo menos legítimo deduzir que olham com particular interesse para este grupo de autores?

AF – O impulso canonizante de um elenco de autores de Camilo a Agustina e Cesariny, é uma crítica ao livro, e não há nela nada de que discorde. A sua descrição seria até, caso fôssemos nós a invocá-la, uma resposta às críticas intelectualmente débeis até agora feitas às exclusões, que ignoram a lógica implícita do livro, a qual decorre dos nomes que efectivamente lá estão, e que os autores dessa crítica incipiente deveriam ser capazes de extrair. Em vez de atacarem exclusões que lhes parecem injustificadas, teriam de contestar o projecto implícito que parece resultar das inclusões. E ainda sobre a sua descrição, parece claro que, ao privilegiar o Camilo, o livro deixa o Eça um pouco embaciado.

“A discussão sobre o grau de impulso canonizante precisa de ser tomada com cautelas, porque cânone tem um valor normativo, e não passa pela cabeça de ninguém que essa lista o tenha. Claro que é uma lista argumentada, mas o facto de o ser não implica que queiramos que ela se transforme numa regra” Miguel Tamen

MT – Queria responder à sua pergunta, mas também comentar a resposta do António. Por um lado, a discussão sobre o grau de impulso canonizante precisa de ser tomada com cautelas, porque cânone, em sentido estrito, tem um valor normativo, e não passa pela cabeça de ninguém que essa lista o tenha. É uma lista. Claro que é uma lista argumentada, mas o facto de o ser não implica que queiramos que ela se transforme numa regra.

Area: 6692cm² / 79%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6996188



Data: 20.11.2020

Titulo: Um cânone que resgata autores soterrados pelo gosto dominante

Pub:



ípsilon



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Cultura

Pág: 1;2;3;4;5;6;7;8;9

(esq.) Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno; (direita) Maria Velho da Costa: um texto intitulado *As Três Marias*, que na verdade é sobre as *Novas Cartas Portuguesas*, bastou para que estas figurassem, ainda que sem entradas autónomas, na lista final dos 50 autores aqui canonizados



R. J. FIGUEIREDO

A segunda coisa diz respeito à sua observação acerca da família de autores que parecem ter sido privilegiados, e que aliás já estava no artigo que escreveu quando o livro foi apresentado. Também aqui é fácil misturar duas coisas que não são exactamente a mesma. Uma coisa é reconstruir uma linhagem entre autores que seriam tratados de determinada maneira, a outra é perceber que em relação a vários autores, e a todos os que citou, os argumentos apresentados são muito diferentes da crítica geral sobre eles. O António não fala do Régio como os anti-regianos...

...Nem como os regianos.

É esse o meu ponto. E o meu Raul Brandão não é dos brandonianos nem o do Vítor Viçoso. Nenhum desses Raul Brandão me interessa nada. E o mesmo se passa em relação a uma série de autores importantes, e se



O Cânone
António M. Feijó, João R. Figueiredo e Miguel Tamen
Tinta-da-China e Fundação Cupertino de Miranda



A convite da Fundação Cupertino de Miranda, e para além de um livro sobre os autores fundamentais na literatura portuguesa, organizaram o guião de uma exposição permanente sobre literatura portuguesa, que ficaria sediada na torre da fundação, em Famalicão

Área: 6692cm² / 79%

Tiragem: 72.253

FOTO: 4 Cores

ID: 6996188



Data: 20.11.2020

Título: Um cânone que resgata autores soterrados pelo gosto dominante

Pub:



ípsilon

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Cultura

Pág: 1;2;3;4;5;6;7;8;9



calhar a família que a sua pergunta isola é apenas a dos autores que foram objecto de uma revisão mais intensa e extrema.

AF – Isto prende-se com as diferenças entre a crítica existente sobre esses autores e a que aqui fazemos. Se pensarmos em por que são valorizados autores como Camilo, Pessoa, Pascoaes, Régio, Agustina, talvez possamos adoptar como critério para isso a diferença que William James estabelece entre dois tipos de filósofos: os tough-minded e os tender-minded. Estes autores que identificou pertencem a uma tradição *tough-minded*, e de um modo geral as ausências invocadas pertenceriam a uma tradição *tender-minded*. E isto também explica que o Miguel, na apresentação do livro, tenha dito que esperaríamos argumentos dos que nos censuram exclusões. Argumentos são moeda corrente na família dos primeiros, os segundos prescindem deles.

No texto sobre Pessoa, António Feijó apresenta Alberto Caeiro como uma resposta a Teixeira de Pascoaes. É uma tese contraditória ou complementar com a ideia de uma presença encoberta de Walt Whitman no mesmo Caeiro, proposta por Eduardo Lourenço em Pessoa

Revisitado?

Sobre a centralidade da presença de Whitman em Pessoa, as mais influentes descrições são a do próprio Pessoa, a de Eduardo Lourenço e a de Harold Bloom. Em particular a de Lourenço, segundo a qual a influência de Whitman não foi sobre Álvaro de Campos, onde se presumia que incidisse.

E já só se encontrava em chave paródica...

Sim, porque aí já era a exuberância, o verso livre longo, etc. Mas, segundo Lourenço, numa observação muito arguta, onde ela se encontra é em Alberto Caeiro. Bloom também descreve Pessoa como epígono de Whitman, mas o que diz sobre literatura portuguesa no *Cânone Ocidental* é incharacteristicamente trivial. Noutro livro, e já não a propósito de Pessoa, Bloom diz que numa literatura nacional a invocação de uma influência transnacional sobre um autor dado é sempre uma evasiva, sendo, de facto, o encobrimento de uma relação com um autor, ou autores, da mesma literatura nacional. Todas estas regras são falíveis, mas neste caso parece-me acertada. A presença de Whitman em Pessoa é menos decisiva do que a de Pascoaes. Nos anos imediatamente ▶

Área: 6692cm² / 79%

FOTO Tiragem: 72.253

Cores: 4 Cores

ID: 6996188





Data: 20.11.2020

Título: Um cânone que resgata autores soterrados pelo gosto dominante

Pub:

P
Publico

ípsilon

QuickCom
comunicação integrada

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Cultura

Pág: 1;2;3;4;5;6;7;8;9

▶ anteriores a 1914, Pessoa leu com muita atenção Pascoaes. Em *Verbo Escuro*, que Pascoaes publica em Março de 1914, encontramos textos que são a descrição exacta da heteronímia. Mas não é por aí que a relação se faz, ela faz-se porque Pessoa vê em Pascoaes uma poética que é também a sua na sua fase pré-heteronímia. Quando Pessoa está a atacar Pascoaes, está a atacar o que ele mesmo foi, antes da primavera de 1914 e do surgimento dos heterónimos.

E parece ter tido sucesso...

Sim, de facto. Há tanta fuligem sobre o Pascoaes que é preciso lê-lo de perto para se perceber que Pessoa sabia exactamente a dimensão do autor com quem estava a medir-se. No sistema implícito nas seis biografias que Pascoaes escreveu está toda a teoria da influência do Bloom. E o mais interessante não é surpreender esta relação, é perceber qual a razão da afinidade entre ambos: como explicar que entre 1939 e 1945 alguém possa descrever, em Amarante, um conjunto de coisas que, entre 1957 e 1972, num outro registo, alguém em Yale está a descrever também.

No seu texto sobre Camilo Pessanha, Gustavo Rubim fala de uma poética de ruínas, uma obra “para ser lida e delída”, o que nos faz pensar que não deixa de ser desconcertante o seu persistente consenso canónico. Mas Pessanha foi também um grande reescritor, como Carlos de Oliveira ou

Herberto Helder, ambos aqui incluídos. A compulsão da reescrita favorece o acesso ao cânone?

MT – Respondendo à segunda questão, não necessariamente. Há muitos casos em que essa reescrita prejudicou as primeiras versões. Isso é muito verdade, por exemplo, em relação ao Nobre e ao Cesariny.

JF – E ao M. S. Lourenço.

MT – Quanto ao Pessanha se ter tornado tão facilmente um autor canónico, uma parte disso deve-se evidentemente à estima que por ele tinha Fernando Pessoa, e à propaganda que lhe fez. Mas mantém-se o problema de se conseguir medir esses três grandes poetas do fim do século XIX: de um lado Cesário e Pessanha, que têm

tantos adeptos, e do outro lado o Nobre. Tanto Cesário como Pessanha deram azo a formas de crítica deploráveis – politicamente lamentáveis no primeiro caso e filosoficamente indigentes no segundo –, mas que perturbaram menos o consenso geral do que os disparates neo-garretianos que se escreveram a propósito do Nobre. O Nobre teve sempre pior imprensa. Portanto, respondendo à pergunta, o Pessanha tornou-se canónico porque a crítica em Portugal é de uma certa maneira.

Vamos a autores mais recentes. Num belo texto sobre Alexandre O’Neill, Joana Meirim usa um neologismo que o próprio poeta empregou para definir o seu projecto poético: “desimportantizar”. Essa família dos que não gostavam de se pôr em bicos de pés poderia incluir Manuel António Pina e Fernando Assis Pacheco. Chegaram a ponderar incluir algum deles?

MT – Independentemente das diferenças de ambos em relação ao O’Neill, é dele que vem o modo particular de autodepreciação, foi ele que introduziu a alteração na série.

Eugénio de Andrade parece estar a perder prestígio canónico com uma rapidez surpreendente. Daqui a 20 anos, quando estiver já suficientemente esquecido, terá condições para reintegrar o Cânone?

MT – É bem possível que isso aconteça. No último ensaio sobre o cânone tenho uma teoria um bocadinho contra-intuitiva de que não há esquecimentos injustos. Raramente nos esquecemos das coisas que nos são importantes, e sobretudo não temos um critério de justiça, independente do esquecimento, a que possamos apelar. O que vai acontecer é que certas pessoas vão recuperar o passado de maneiras diferentes, acentuando algumas coisas e atenuando outras. E como nenhum de nós, julgo eu, acredita completamente no sentido da História, não é possível garantir que um autor a quem não estamos a ligar muito não volte a reaparecer quando menos se espera. A única resposta razoável é que não temos a menor ideia.

O tópico das exclusões é virtualmente infinito, e algumas, como Sophia ou Cardoso Pires, já foram abordadas na apresentação do livro. Só mais uma: nesta fase de grande voga das intermedialidades parecer-lhes-ia pensável incluir Ana Hatherly?

MT – Acho que é mais interessante como pintora do que como poetisa.

AF – Há ensaístas que falam sobre essa questão das intermedialidades de modo preciso, como a Rosa Maria Martelo ou a Joana Matos Frias, mas a poesia concreta tem um lado que excede o literário stricto sensu, e isso não encontra grande eco em nenhum de nós. Excepto talvez no João que está a escrever sobre Giulio Romano, os Carracci e Camões. Mas a propósito de autores mais recentes, há um nome de que há pouco falou o João, o M. S. Lourenço, que deveria ter tido uma entrada.

JF – A certa altura, tínhamos o projecto de cada um de nós fazer uma escolha pessoal, que seria a escolha dos editores, mas depois deixámos cair a ideia. Eu tinha escolhido o M. S. Lourenço.

Termino com uma pergunta a que talvez não queiram responder. Se somassem ao Cânone um

O Ípsilon ouviu Feijó, Figueiredo e Tamen em V. N. Famalicão, no dia em que a Fundação Cupertino de Miranda inaugurou a sua nova Torre Literária

Área: 6692cm² / 79%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6996188



Data: 20.11.2020

Título: Um cânone que resgata autores soterrados pelo gosto dominante

Pub:



ípsilon



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Cultura

Pág: 1;2;3;4;5;6;7;8;9

autor vivo, qual seria o que cada um de vós escolheria?

MT – Talvez se possa ver uma resposta indirecta na exposição, onde o António Franco Alexandre é o único autor vivo incluído.

AF – Há, evidentemente, alguns outros nomes maiores.

Um cânone para abalar o cânone

Reabilita-se uma linhagem da modernidade literária portuguesa que foi expulsa pelo triunfo de Pessoa e do primeiro modernismo.



Deixam de fora Sophia ou Cardoso Pires, revalorizam Florbela e ressuscitam Júlio Dinis

Começamos por uma descrição sumária. *O Cânone* recolhe 51 ensaios sobre 49 escritores portugueses (Camões e Pessoa tiveram direito a dois), com os autores escolhidos a entrar em cena por ordem alfabética, numa deliberada tentativa de sonegar ao leitor o conforto de uma sequência histórica. A obra inclui ainda uma breve introdução, na qual os editores – António M. Feijó, João R. Figueiredo e Miguel Tamen – lançam avisos à navegação: este “é um livro de crítica literária” e “não vale a pena procurar nele o cânone da literatura portuguesa”. Por que motivo lhe chamaram *O Cânone* procuraremos sondar mais adiante.

A obra inclui ainda 14 entradas dedicadas a diversos tópicos, que podem corresponder a períodos (Lírica Medieval, Barroco ou Renascimento), mas também a géneros (Memórias) ou revistas (Orpheu e presença). Há ainda um ensaio intitulado *As Três Marias*, que trata do livro *As Novas Cartas Portuguesas*, cujas autoras, embora não disponham de entradas autónomas, são por isso incluídas na lista de autores deste *Cânone*, o que torna Maria Teresa Horta a única excepção à regra de não se considerarem escritores vivos.

Finalmente, o livro oferece-nos quatro textos com o título *Cânone*. O primeiro e último, redigidos por Feijó e Tamen, tratam genericamente do conceito de cânone, ao passo que os restantes incidem nos escritores homossexuais e do sexo feminino. João R. Figueiredo escreveu o primeiro, abordando poetas como Pedro Homem de Mello ou Eugénio de Andrade. Anna Klobucka, autora do segundo, encarou o tópico como um problema, e não uma proposta de lista, e optou por historiar o deliberado silenciamento do feminino no cânone literário português. A ensaísta é um dos 22 colaboradores convidados pelos editores d’*O Cânone*, para o qual eles próprios redigiram 26 ensaios.

É impossível percorrer aqui sequer uma pequena parte dos textos compilados – e vários justificariam discussão autónoma –, ou dar a lista integral dos autores incluídos. Mas não será arriscado afirmar que este livro reúne um conjunto de textos bem argumentados, agradáveis de ler, e que em alguns casos oferecem uma perspectiva original sobre autores que, para o bem ou para o mal, estiolavam em consensos mais ou menos acrílicos. Também é verdade que o livro inclui textos mais frágeis ou enfadonhos, e que também se revelou por vezes vítima das suas próprias virtudes, já que o afã de produzir um argumento acabou por reduzir alguns dos autores analisados a um aspecto específico que não lhes faz justiça.

O facto de uma parte significativa destes ensaios ter sido encomendado a terceiros tornaria sempre inevitável alguns desequilíbrios. O mais interessante, no entanto, é averiguar as coincidências e dissidências internas ao trio de editores, e em particular aos dois – Feijó e Tamen – que trataram das sempre mais controversas idade moderna e contemporânea. Que ambos têm bem presente o seu Harold Bloom (de quem Tamen traduziu *A Angústia da Influência*) fica patente na entrevista que publicamos, e não é absurdo supor que o autor do *Cânone Ocidental* possa ter contribuído para inspirar esta versão local do dito. Mas não se

Área: 6692cm² / 79%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6996188



Data: 20.11.2020

Título: Um cânone que resgata autores soterrados pelo gosto dominante

Pub:

P

ípsilon

QuickCom
comunicação integrada

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Cultura

Pág: 1;2;3;4;5;6;7;8;9

depreenda que Feijó e Tamen têm uma idêntica visão do cânone. O primeiro argumenta que “o modo emérito de constituição de um cânone” é “a percepção por um difuso painel de pares de que um autor recém-chegado criou, e por isso ao mesmo tempo encerrou, uma possibilidade expressiva inédita (...)”. Esta perspectiva, que implica privilegiar uma sequência de autores que trouxeram algo de novo a uma tradição literária, ajuda provavelmente a explicar algumas das exclusões que provocaram maior escândalo.

Já Tamen não acredita que as criações literárias tenham qualidades de tal modo óbvias que todos acabem a admirá-las por idênticos motivos. “É (...) possível que gerações sucessivas concorram na admiração por um livro mas que o descrevam de modos tão diferentes que a um marciano pareceria que não estiveram a falar do mesmo livro”, argumenta, lembrando que “qualquer cânone depende de pensamentos, acções e intenções humanas, e ainda de circunstâncias e acontecimentos fortuitos”. Dá vontade de sugerir que o que aqui se descreve é quase um cânone accidental, mas isso é o que este livro não é.

Talvez Tamen se mova sobretudo pelo prazer do argumento e pelo desejo de recolocar em questão autores e obras, discutindo uns e outras com um esforço de objectividade que crê cronicamente ausente do debate académico. E há que reconhecer alguma audácia em quem, por exemplo, defende a importância de Raul Brandão mas descarta *Húmus* como uma obra falhada de “centenas de páginas tediosas e irregulares”.

Feijó, pelo seu lado, pode ser mais sensível à estranheza criativa e mais dado a entrever sistemas e a surpreender filiações e diálogos. Mas parece claro, pelo elenco de autores reunido, que os três editores confluíram na reabilitação de uma certa linhagem da modernidade literária portuguesa – da qual Raul Brandão, Pascoaes ou Régio são marcos relevantes – que foi expulsa do trilha principal pelo triunfo crítico e mediático de Pessoa e do primeiro modernismo.

E aqui voltamos ao título. Os três editores não ignoram as vulnerabilidades deste livro enquanto proposta canónica coerente e exaustiva, mesmo que condenada, como todas, a revisões futuras. Mas ao propor uma lista que deixa de fora nomes consensuais como Sophia ou Cardoso Pires para revalorizar Florbela ou ressuscitar Júlio Dinis, ao trazer novos tópicos à discussão de autores de várias épocas, de Camões a António Nobre ou Pascoaes, e ao discutir o conceito de cânone e a pressão que sobre ele exercem sectores da sociedade que nele se sentem sub-representados, este livro não será “o” cânone, mas vem tornar mais difícil que outros cânones menos assumidos se instalem sem contestação. **L.M.Q.**

Área: 6692cm² / 79%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6996188